

12 ABR 1988

ANU
P4

CORREIO

Centrão quer mesmo mudar área social

Os líderes do PT, PDT e PTB duvidaram ontem que exista clima para se criar uma comissão, inclusive com pessoas estranhas à Constituinte, para alterar o capítulo dos direitos sociais, como foi anunciada pelo deputado Roberto Cardoso Alves em entrevista, no domingo, ao **Correio Braziliense**. Aliás, o próprio autor da idéia considera sua proposta sonho de uma noite de verão, mas o deputado José Geraldo Ribeiro, que negociou aquele capítulo em nome do Centrão, revelou que o grupo pretende mesmo alterar pelo menos cinco pontos que não foram objetos de acordo, o que seria feito por emenda supressiva no 2º turno de votação.

Esses cinco pontos são: seis horas de jornada de trabalho para os turnos de revezamento; licença paternidade; direito de greve; imprescritibilidade para os direitos trabalhistas dos empregados rurais e pagamento de um terço a mais a título de salário-férias. No Centrão, alguns líderes condenaram Roberto Cardoso Alves pela inabilidade com que suscitou o assunto, mas ele respondeu a seus colegas que não vive de habilidades e tem compromissos com sua formação de professor de direito constitucional.

José Geraldo Ribeiro, lembrou que o Centrão não mexerá naquilo que tiver a chancela do grupo, nem no que foi aprovado em amplo acordo, muito menos apenas para atender a vontade de Roberto Cardoso Alves. Ele disse, por exemplo, que o pagamento do 1/3 do salário a título de remuneração de férias foi mal costurado, já na hora da votação e gerou polêmica depois, dentro do grupo, que quer agora mudar isto através de emenda supressiva na votação do segundo turno. Quanto ao direito de greve, reconheceu que houve um acordo definido e bem discutido, mas depois o Centrão não aceitou a decisão.

Jose Geraldo Ribeiro disse que tudo será feito através de emendas supressivas no 2º turno de votação, descartando assim a idéia de Robertão para constituir uma comissão ampla e promover a revis-ao do capítulo dos direitos sociais. Nós, disse Ribeiro, não vamos mexer no texto apenas para agradar Roberto Cardoso Alves.

Já o líder do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva, disse que se houver mesmo essa tentativa de alterar as conquistas sociais, "podem aguardar que uma forte pressão servirá de barreira a tais intentos". Ele, contudo, não vê clima para essas iniciativas, opinião compartilhada também por seu vice-líder, José Genoíno. Este, mais enfático, condenou a idéia de permitir a participação de pessoas de fora da Constituinte, considerando uma agressão à soberania se isso viesse a acontecer.

O líder e presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, resistiu um pouco antes de abordar o assunto, mas acabou dizendo que embora ache bom o capítulo em questão, reconhece alguns exageros que precisarão ser corrigidos, como a jornada de seis horas nos turnos de revezamento, por emendas supressivas no 2º turno de votação.

O líder Brandão Monteiro, do PDT, não concorda com qualquer alteração no texto aprovado, porque acha que foi no capítulo social que mais a Constituinte avançou. E, contestando informação de Roberto Cardoso Alves, duvidou que o presidente Ulysses Guimarães simpatize com a idéia de buscar auxílio de fora do legislativo para mudar aspectos da Constituição já aprovados. Mais realista, o deputado Gastone Righi, líder do PTB, preferiu lembrar que somente com 280 votos será possível alterar e que cabe a quem defende isso arrumar o número de votos necessários.

O deputado Cardoso Alves explicou que não está contra alguns direitos, apenas acha que colocaram muita bobagem no texto constitucional, como a licença paternidade, os 120 dias para a gestante e o turno de trabalho, que deveriam ser tratados na legislação ordinária. "Trata-se de matéria justa e corresponde aos anseios dos trabalhadores mas não é matéria constitucional".

CORREIO BRAZILIENSE

12 ABR 1988